

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

**REQUERIMENTO Nº , DE 2007.
(Do Sr. Germano Bonow)**

Requer audiência pública para tratar sobre
a situação das Santas Casas de
Misericórdia e Hospitais Filantrópicos.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno, requero a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão, com representantes dos Ministérios do Planejamento, Saúde, Previdência Social, da chefia da Casa Civil e da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, para discutir a situação de extrema dificuldade que enfrentam as Santas Casas e os hospitais filantrópicos.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos se espalham em todo o território nacional e perfazem cerca de 2.100 estabelecimentos de saúde. Os números de atendimentos, em sua maioria direcionados à população de baixa renda, são consideráveis. Basta observarmos que 40% das internações e 41% dos partos normais e cesarianas, por exemplo, são realizadas pelo setor filantrópico de saúde.

Este setor é responsável pela geração de 450 mil empregos diretos, campo de trabalho para 140 mil médicos autônomos e a realização de 1,2 milhão de consultas, ambulatoriais especializada por mês.

É inegável a posição preferencial de parceria das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos com os governos municipais, estaduais e federal, na promoção de ações de saúde e assistência social. Hoje é vital essa parceria com as Filantrópicas, sem as quais o atendimento à população de baixa renda seria um verdadeiro caos.

No entanto, as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos estão passando por uma grave crise financeira, decorrente de problemas de gestão e da diminuição de doações e da remuneração do Sistema Único de Saúde.

Essa crise é generalizada e atinge todos os Estados brasileiros. O setor vive um momento de caos e agonia e caminha para o colapso, sendo que a quebradeira vem acontecendo num efeito dominó. As dívidas com fornecedores são elevadas e as dificuldades financeiras são tantas que muitos estão deixando de recolher a contribuição dos empregados à Previdência Social, mesmo sabendo das sérias implicações que isto traz.

Em função da gravidade da situação, impõe-se uma discussão ampla no sentido de se buscar soluções emergenciais em curto prazo de tempo, para a recuperação dessas entidades.

Nesse sentido justifica-se a presente solicitação de audiência pública.

Sala da Comissão, em 6 de junho de 2007

Deputado **GERMANO BONOW**
DEM/RS